

# GABARITO OFICIAL

## EAP/2010 - 1º TENENTE QOPM/QOC

1ª QUESTÃO	A	B	C	D
2ª QUESTÃO	A	B	C	D
3ª QUESTÃO	A	B	C	D
4ª QUESTÃO	A	B	C	D
5ª QUESTÃO	A	B	C	D
6ª QUESTÃO	A	B	C	D
7ª QUESTÃO	A	B	C	D
8ª QUESTÃO	A	B	C	D
9ª QUESTÃO	A	B	C	D
10ª QUESTÃO	A	B	C	D
11ª QUESTÃO	A	B	C	D
12ª QUESTÃO	A	B	C	D
13ª QUESTÃO	A	B	C	D
14ª QUESTÃO	A	B	C	D
15ª QUESTÃO	A	B	C	D
16ª QUESTÃO	A	B	C	D
17ª QUESTÃO	A	B	C	D
18ª QUESTÃO	A	B	C	D
19ª QUESTÃO	A	B	C	D
20ª QUESTÃO	A	B	C	D

21ª QUESTÃO	A	B	C	D
22ª QUESTÃO	A	B	C	D
23ª QUESTÃO	A	B	C	D
24ª QUESTÃO	A	B	C	D
25ª QUESTÃO	A	B	C	D
26ª QUESTÃO	A	B	C	D
27ª QUESTÃO	A	B	C	D
28ª QUESTÃO	A	B	C	D
29ª QUESTÃO	A	B	C	D
30ª QUESTÃO	A	B	C	D
31ª QUESTÃO	A	B	C	D
32ª QUESTÃO	A	B	C	D
33ª QUESTÃO	A	B	C	D
34ª QUESTÃO	A	B	C	D
35ª QUESTÃO	A	B	C	D
36ª QUESTÃO	A	B	C	D
37ª QUESTÃO	A	B	C	D
38ª QUESTÃO	A	B	C	D
39ª QUESTÃO	A	B	C	D
40ª QUESTÃO	A	B	C	D

Belo Horizonte, 12 de abril de 2010.

(a) JAQUELINE P. BRETAS VELOSO, TEN CEL PM  
CHEFE DO CRS



**PROVA DO EXAME DE APTIDÃO PROFISSIONAL – EAP PARA  
OS 1º TENENTES DO QOPM E QOC, PARA O ANO DE 2010**

**EAP/ 2010 – 1º TENENTE QOPM E QOC**

(Edital DRH/CRS nº 19/2009, de 30 de novembro de 2009)

NOME: \_\_\_\_\_

LOCAL DE PROVA: \_\_\_\_\_ SALA: \_\_\_\_\_

**INSTRUÇÕES AOS CANDIDATOS:**

1. Abra este caderno de prova somente quando autorizado.
2. Esta prova contém 40 (quarenta) questões valendo 2,5 (dois vírgula cinco) pontos cada e valor total de 100 (cem) pontos.
3. O tempo máximo permitido para a realização da prova objetiva será de 180 (cento e oitenta) minutos, incluindo o preenchimento da folha de respostas.
4. Responda as questões e marque a opção desejada na folha de respostas, usando caneta (tinta azul ou preta).
5. Para cada questão existe somente uma resposta correta.
6. Prova sem consulta.
7. Não será admitido nenhum tipo de rasura na folha de respostas. As questões rasuradas ou em branco ou com dupla marcação serão consideradas nulas para o candidato.
8. É proibido o uso de máquinas calculadoras, telefones celulares ou outros similares.
9. Iniciadas as provas, os candidatos somente poderão deixar a sala, e a esta retornar, exclusivamente para uso de sanitários ou bebedouros, devidamente acompanhados por fiscal do concurso.
10. Verifique se a prova é a correspondente ao seu quadro.
11. Ao final da prova, entregue ao aplicador a folha de respostas, devidamente preenchida, assinada e conferida.

**1ª QUESTÃO** – A Lei n.º 11.343/2006 — Lei de Tóxicos – institui o Sistema Nacional de Políticas Públicas sobre Drogas – Sisnad. Acerca das questões penais e processuais penais introduzidas pela referida lei, com relação à figura do usuário de drogas, assinale a opção CORRETA:

- A. ( ) Não há tipificação legal para a conduta daquele que, para consumo pessoal, cultiva plantas destinadas à preparação de substância capaz de causar dependência física ou psíquica.
- B. ( ) **O porte de drogas para consumo pessoal tornou-se infração de menor potencial ofensivo, estando sujeito, o seu usuário, em regra, aos procedimentos da Lei n.º 9.099/95, que dispõe sobre os juizados especiais criminais.**
- C. ( ) É possível, além das penas de advertência, prestação de serviços à comunidade ou medida educativa, a imposição de pena privativa de liberdade ao usuário de drogas.
- D. ( ) Poderá ser imposta ao usuário de drogas prisão em flagrante, com seu imediato encaminhamento ao juízo competente para que este se manifeste sobre a manutenção da prisão, após a lavratura do termo circunstanciado.

**2ª QUESTÃO** – Fundamentado nas legislações penais especiais (Lei n.º 4.898, que regula o direito de Representação e o processo de Responsabilidade Administrativa Civil e Penal, nos casos de abuso de autoridade; Lei n.º 11.343, que institui o Sistema Nacional de Políticas Públicas sobre Drogas – Sisnad e Lei n.º 9.455, que define os crimes de tortura), assinale a opção CORRETA.

- A. ( ) **Nos casos previstos na Lei n.º 4898, a ação penal será iniciada, independentemente de inquérito policial ou justificação, por denúncia do Ministério Público, instruída com a representação da vítima do abuso.**
- B. ( ) A nova Lei de Drogas (Lei n.º 11.343/2006) estabelece um rol de penas possíveis para a pessoa que adquirir, guardar, tiver em depósito, transportar ou trazer consigo, para uso pessoal, drogas ilícitas e, para determinar se a droga se destinava ao consumo pessoal, o juiz observará apenas a natureza e a quantidade da droga.
- C. ( ) Considera-se autoridade, para os efeitos da Lei 4898, quem exerce cargo, emprego ou função pública, de natureza civil ou militar, exceto quando transitoriamente e sem remuneração.
- D. ( ) Sendo crime próprio, o crime de tortura é caracterizado por seu sujeito ativo, que deve ser necessariamente funcionário público.

**3ª QUESTÃO** – O crime de abuso de autoridade sujeita o agente público federal, estadual e municipal:

- A. ( ) À responsabilidade civil, apenas.
- B. ( ) À responsabilidade penal, apenas.
- C. ( ) **À responsabilidade administrativa civil e penal.**
- D. ( ) À responsabilidade civil e administrativa, apenas.

**4ª QUESTÃO** – Nos termos da Lei n. 11.343, institui o Sistema Nacional de Políticas Públicas sobre Drogas – Sisnad, é CORRETO afirmar:

- A. ( ) A Lei de Tóxicos não veda a conversão da pena imposta ao condenado por tráfico ilícito de entorpecentes em pena restritiva de direitos.
- B. ( ) **O usuário e o dependente de drogas que, em razão da prática de infração penal, estiverem cumprindo pena privativa de liberdade têm garantidos os serviços de atenção à sua saúde, definidos pelo respectivo sistema penitenciário.**
- C. ( ) A Lei n.º 11.343/2006 possibilita o livramento condicional ao condenado por tráfico ilícito de entorpecentes após o cumprimento de três quintos da pena de condenação, em caso de réu primário, e dois terços, em caso de réu reincidente, ainda que específico.
- D. ( ) O inquérito policial deve ser concluído no prazo de 40 dias, caso o indiciado esteja preso, e no de 60 dias, caso este esteja solto.

**5ª QUESTÃO** – Com base na Lei nº 4898/65, que regula os Crimes de Abuso de Autoridade, assinale a afirmativa INCORRETA:

- A. ( ) Qualquer atentado ao direito de reunião constitui abuso de autoridade.
- B. ( ) As penas de multa, detenção, perda do cargo e inabilitação para o exercício de qualquer outra função pública poderão ser aplicadas cumulativamente.
- C. ( ) Quando o abuso for cometido por agente de autoridade policial, poderá ser cominada pena de não poder o acusado exercer funções de natureza policial no município da culpa.
- D. ( ) **O processo administrativo poderá ser sobrestado para aguardar a decisão da ação penal.**

**6ª QUESTÃO** – Quanto ao crime de abuso de autoridade, conforme previsto na Lei nº 4898/65, nos itens abaixo, marque (V) VERDADEIRO ou (F) FALSO. A seguir, assinale a alternativa que contém a sequência CORRETA:

- ( ) Constitui abuso de autoridade qualquer atentado aos direitos e garantias legais assegurados ao exercício profissional e do culto religioso.
- ( ) Inabilitação para o exercício de qualquer outra função pública por prazo de até três anos é espécie de sanção penal prevista na Lei nº 4898/65.
- ( ) As testemunhas de acusação e defesa deverão ser intimadas pessoalmente e apresentadas em juízo pelas partes envolvidas.

- A. ( ) V – F – V
- B. ( ) F – V – V
- C. ( ) F – F – F
- D. ( ) **V – V – F**

**7ª QUESTÃO** – No crime de deserção, embora decorrido o prazo de prescrição, esta só extingue a punibilidade quando o agente, sendo Oficial:

- A. ( ) **Atingir a idade de 60 (sessenta) anos.**
- B. ( ) Não for reincidente em crime doloso.
- C. ( ) Contar com pelo menos 30 (trinta) anos de idade quando do início do fluxo do prazo prescricional.
- D. ( ) Permanecer incorporado à instituição militar.

**8ª QUESTÃO** – O Tenente Paud'alho, Oficial da Polícia Militar, está sendo processado pela prática do crime de tortura, na condição de mandante, contra a vítima Senocente, também policial militar.

A prática do crime se deu quando o Ten Paud'alho buscava obter informações a respeito de uma arma que havia sido furtada pela vítima.

Considerando a situação hipotética acima, assinale a opção CORRETA, de acordo com a lei que define os crimes de tortura:

- A. ( ) O tipo de tortura a que se refere a situação mencionada somente poderá ser a física, pois a tortura psicológica e os sofrimentos mentais não estão incluídos na disciplina da lei que define os crimes de tortura entre agentes públicos.
- B. ( ) Se o Ten Paud'alho for condenado, a sentença deve declarar expressamente a perda ou não do cargo e a interdição para seu exercício pelo dobro do prazo da pena aplicada, pois esses efeitos não são automáticos.
- C. ( ) **Se o Ten Paud'alho for condenado, deve incidir uma causa de aumento de pena pelo fato de ele ser agente público.**
- D. ( ) O delito de tortura será desqualificado para o Tenente, devido sua condição de autor intelectual.

**9ª QUESTÃO** – A respeito da prescrição e da reabilitação no Direito Penal Militar, é CORRETO afirmar:

- A. ( ) O curso da prescrição da execução da pena interrompe-se enquanto o condenado está preso por outro motivo, e suspende-se pelo início ou continuação do cumprimento da pena, ou pela reincidência.
- B. ( ) A prescrição começa a correr, no crime de insubmissão, do dia em que o insubmisso atinge a idade de sessenta anos.
- C. ( ) **A reabilitação alcança quaisquer penas impostas por sentença definitiva.**
- D. ( ) A prescrição substitui-se pela reabilitação nos crimes cuja pena cominada é de reforma ou de perda do cargo.

**10ª QUESTÃO** – Baseado no Código Penal Militar e no Código de Processo Penal Militar, assinale a alternativa CORRETA:

- A. ( ) No âmbito do direito penal militar somente será admitida ação penal de iniciativa privada nos crimes contra a honra.
- B. ( ) **O militar da reserva, quando empregado na administração militar, equipara-se ao militar da ativa para efeito da aplicação da lei penal militar.**
- C. ( ) O civil poderá ser co-autor do crime de insubordinação previsto no Código Penal Militar, nos casos ocorridos em Força Auxiliar.
- D. ( ) A Justiça Militar dos Estados e do Distrito Federal possui competência para processar e julgar integrantes das Forças Armadas quando praticarem crimes contra policiais militares ou bombeiros militares.

**11ª QUESTÃO** – O Decreto-Lei nr 1001, de 21/10/1969 (Código Penal Militar - CPM), no Título II da Parte Especial, trata dos crimes contra a autoridade ou disciplina militar. A respeito do contido no mencionado supedâneo legal, é CORRETO afirmar que:

- A. ( ) **Se os agentes de motim estiverem armados, configura-se o crime de Revolta.**
- B. ( ) Para caracterizar o crime de motim, é necessária a reunião de 4 (quatro) ou mais militares, à semelhança do crime de quadrilha ou bando, previsto no Código Penal Brasileiro.
- C. ( ) Reduz-se a pena de um terço até a metade para aquele que, antes da execução do crime de conspiração e quando ainda era possível evitar-lhe as consequências, denuncia o ajuste de que participou.
- D. ( ) O crime de conspiração, previsto no CPM, está vinculado ao delito de desrespeito a superior hierárquico.

**12ª QUESTÃO** – Uma guarnição PM, comandada por 3º Sargento e composta por dois Soldados, aborda um motorista de caminhão que trafegava pela cidade com uma carga de cigarros, sem os documentos necessários para o transporte da carga. Diante disso, os militares passaram a exigir do motorista 3 (três) caixas do produto para não lavrarem o boletim de ocorrência. O motorista, não tendo alternativa, aceita a negociação e entrega o produto aos PM.

Os militares incorreram na prática do crime militar de:

- A. ( ) Peculato.
- B. ( ) Corrupção ativa.
- C. ( ) Apropriação indébita.
- D. ( ) **Concussão.**

**13ª QUESTÃO** – A abordagem a suspeitos e a busca pessoal são dois temas de fundamental importância para a atividade policial.

A respeito dos dois assuntos, de acordo com o Manual de Prática Policial, é CORRETO afirmar que:

- A. ( ) Os aspectos relacionados às abordagens planejadas não se aplicam às abordagens fortuitas, que necessitam de preparo específico do policial.
- B. ( ) Sempre que possível, para efetuar busca pessoal em suspeito, mantenha-o na posição apoiado em uma parede, com as pernas abertas, em desequilíbrio.
- C. ( ) **O melhor local para efetuar a busca no suspeito deve ser na área de segurança.**
- D. ( ) Na busca pessoal minuciosa, o suspeito já despido terá cabelos e partes íntimas verificados.

**14ª QUESTÃO** – Conforme preceitua o Manual de Prática Policial, o princípio básico para a segurança do policial militar e que proporcionará a base para todas as suas decisões, fazendo com que uma determinada situação não se apresente completamente nova é:

- A. ( ) O condicionamento físico do militar.
- B. ( ) **A preparação mental.**
- C. ( ) O armamento e equipamento disponíveis.
- D. ( ) O conhecimento do local de atuação.

**15ª QUESTÃO** – Fundamentado no Manual de Prática Policial, dentre as alternativas abaixo, marque a CORRETA:

- A. ( ) O policial militar deve sempre procurar olhar nos olhos de um suspeito para evitar se distrair com outros pontos de foco do ambiente.

- B. ( ) Independente do número de policiais empenhados na ocorrência, não se deve dividir os pontos de foco de uma área de risco, de forma a não desguarnecer nenhum deles.
- C. ( ) **Quanto melhor identificar e trabalhar para controlar áreas de risco e pontos de foco, melhores são as chances do policial militar de evitar ameaças de confronto.**
- D. ( ) Visão em túnel é a forma de se comportar quando em Estado de Alerta, e ocorre quando o policial militar concentra sua atenção onde ela é necessária para neutralizar uma ameaça o mais rápido possível.

**16ª QUESTÃO** – Conforme previsto na DPSSP nr 01/2002, o policiamento velado é uma atividade de preservação da ordem pública, em apoio ao policiamento ostensivo, e tem como um de seus princípios norteadores:

- A. ( ) Amplitude – devido sua capilaridade e extensão de atuação, busca preencher todos os espaços de policiamento.
- B. ( ) Subjetividade – os objetivos operacionais são definidos pelo militar lançado no policiamento velado, de acordo com a situação fática real.
- C. ( ) Desconhecimento – visando preservar o sigilo da operação, os agentes do policiamento velado não podem ter sua identidade conhecida por nenhum outro policial.
- D. ( ) **Inferência – a partir de um dado conhecido, deve-se alcançar, por dedução, outro que dele decorra, de maneira lógica e racional.**

**17ª QUESTÃO** – As áreas integradas de segurança pública (AISP) são circunscrições territoriais que agregam outras agências prestadoras de serviços públicos essenciais sob a responsabilidade compartilhada e direta de um Batalhão de Polícia Militar e uma ou mais Delegacias de Polícia Civil.

Sobre as AISP é CORRETO afirmar que:

- A. ( ) **Visam adequar as forças policiais ao seu ambiente de atuação e às necessidades específicas de sua clientela: as comunidades.**
- B. ( ) Operam prioritariamente como unidades de execução e controle, cabendo o planejamento e supervisão das ações e operações locais aos órgãos próprios das duas corporações policiais.
- C. ( ) Juntamente com a administração regional local, representa o centro de referência do cidadão, pois é um espaço público no qual a sociedade civil organizada elabora questões para resolução e prevenção de problemas, mantendo, contudo, a gestão local da segurança pública à cargo das forças policiais.
- D. ( ) É um espaço geográfico delimitado em razão das características dos índices de criminalidade e violência de cada município, além da vinculação à regionalização urbana do local.

**18ª QUESTÃO** – A DPSSP nr 01/2002 conceitua basicamente os assuntos nela contidos, como forma de facilitar a compreensão dos policiais militares acerca de seu conteúdo.

Sobre os conceitos da DPSSP nr 01/2002, nos itens abaixo, relacione a 1ª coluna de acordo com a 2ª, de alto a baixo e, em seguida, marque a alternativa que contém a correspondência CORRETA.

- |                             |     |  |
|-----------------------------|-----|--|
| 1. Tática policial-militar  | ( ) | Atividade de preservação da ordem pública executada com exclusividade pela Polícia Militar                               |
| 2. Técnica policial-militar | ( ) | Conjunto de esforços de execução, que visam alcançar os objetivos da Corporação, decorrentes de sua missão institucional |
| 3. Atividade-fim            | ( ) | Desempenho isolado de fração elementar ou constituída, com autonomia para cumprir missões rotineiras                     |
| 4. Ação Policial Militar    | ( ) | Arte de empregar a tropa em ações e operações policiais-militares  |
| 5. Polícia Ostensiva        | ( ) | Conjunto de métodos e procedimentos usados para a execução eficiente das atividades policiais-militares                  |

- A. ( ) 3 – 5 – 4 – 1 – 2  
 B. ( ) 3 – 5 – 4 – 2 – 1  
 C. ( ) 4 – 3 – 5 – 2 – 1  
 D. ( ) 5 – 3 – 4 – 1 – 2

**19ª QUESTÃO** – Sobre os assuntos abaixo, recepcionados na Diretriz para Produção de Serviços de Segurança Pública nr 01/2002, marque a alternativa CORRETA.

- A. ( ) A participação social na segurança pública tende ser mais frequente nos setores de maior poder aquisitivo e com maior nível de educação.  
 B. ( ) **A democratização da Polícia Militar exige o desenvolvimento de novas formas de captação, processamento e articulação de valores e interesses da população.**  
 C. ( ) A Polícia Comunitária enfatiza que a prioridade na distribuição de patrulhas se dá conforme o pico de ocorrências, sendo a sua eficácia medida pela ausência de crimes.  
 D. ( ) No planejamento para o emprego da tropa, os fatores condicionantes envolvem a tipicidade, gravidade e incidência das ocorrências.

**20ª QUESTÃO** – A Instrução de Corregedoria nº 02/09-CPM procurou esclarecer os aspectos referentes às causas de justificação e de absolvição. São consideradas, legalmente, causas de absolvição as seguintes situações:

- A. ( ) Estado de necessidade e ausência de prova de haver o acusado concorrido para a prática da transgressão disciplinar.  
 B. ( ) **Não haver prova da existência do fato e estar extinta a sua punibilidade.**  
 C. ( ) Para evitar mal maior e coação irresistível.  
 D. ( ) Caso fortuito plenamente justificado e não constituir o fato transgressão disciplinar.



**21ª QUESTÃO** – A ação de presença da Polícia Militar deve ser constante, fazendo com que a ostensividade atue como fator inibidor à ação delituosa e, também, como fator de tranquilidade à população.

Nesse sentido, os corredores de segurança ostensiva (CSO) consistem na presença constante do policiamento ostensivo motorizado em locais estrategicamente definidos. A respeito dos CSO, conforme previsto na DPSSP nr 01/2002, é CORRETO afirmar que:

- A. ( ) Deverá utilizar edificações públicas ou cedidas pela iniciativa privada como pontos de referência.
- B. ( ) Terá apenas uma viatura destinada para atuar no local, em Ponto-base durante todo turno.
- C. ( ) Deverá realizar operações blitz policial em intervalos mínimos de 2 (duas) horas.
- D. ( ) **Tem como objetivo dar maior porosidade à PMMG.**

**22ª QUESTÃO** – A Diretriz para Produção de Serviços de Segurança Pública nr 01/2002 define, dentro do tema Planejamento Estratégico, que para bem cumprir suas atribuições legais, os responsáveis pelo planejamento devem primar por determinados princípios básicos.

A este respeito, dentro dos conceitos dos princípios básicos do planejamento, relacione a 1ª coluna de acordo com a 2ª coluna e, em seguida, marque a alternativa que corresponde a sequência CORRETA.

- |                            |   |
|----------------------------|---|
| 1. sistematicidade         | ( ) Fundamental a concentração de esforços preventivos, atendendo a variáveis sócio-espaciais, em curto e médio prazos                  |
| 2. integralidade           | ( ) A complexidade do problema e suas manifestações exigem uma ação coordenada e ao mesmo tempo em diversos planos e setores            |
| 3. simultaneidade          | ( ) Conjunto de ações que devem ser desenvolvidas nos âmbitos policial-operativo, sócio-comunitário, legislativo-judicial e informações |
| 4. focalização             | ( ) A preservação da segurança coletiva não se esgota com medidas tendentes à repressão, mas na prevenção como investimento social      |
| 5. ênfase sócio-preventiva | ( ) As ações devem ser permanentes e sujeitas a avaliação constante   |

- A. ( ) 5 – 4 – 1 – 2 – 3
- B. ( ) **4 – 3 – 2 – 5 – 1**
- C. ( ) 5 – 3 – 1 – 2 – 4
- D. ( ) 2 – 4 – 1 – 5 – 3

**23ª QUESTÃO** – À luz do Código de Ética e Disciplina Militares (CEDM) é CORRETO afirmar, sobre transgressão e sanção disciplinar, o seguinte:

- A. ( ) O militar que for punido disciplinarmente com Suspensão, durante o período de cumprimento da sanção, perderá todas as vantagens e direitos estatutários decorrentes.
- B. ( ) A perda do posto, patente ou graduação do militar da reserva é espécie de pena disciplinar prevista no CEDM.
- C. ( ) **A Disponibilidade Cautelar assegura ao militar a percepção do vencimento e vantagens integrais do cargo.**
- D. ( ) O militar que presenciar prática de transgressão disciplinar, por um seu superior hierárquico, deverá elaborar Relatório Reservado, à autoridade competente, no prazo máximo de cinco dias corridos, contados da data da observação do fato.

**24ª QUESTÃO** – O Conselho de Ética e Disciplina da Unidade (CEDMU) é órgão colegiado de assessoria ao Comandante, com regulamentação prevista no Decreto 42843/02, sendo CORRETO afirmar, a seu respeito, o seguinte:

- A. ( ) **A Menção Elogiosa Verbal é, também, modalidade de recompensa prevista no Decreto em epígrafe e deve ser concedida, preferencialmente, de forma individual, sem necessidade de prévio parecer do CEDMU.**
- B. ( ) Não é papel do CEDMU julgar o mérito da ação ou atuação do militar que for indicado para receber recompensa, mas sim os aspectos formais do procedimento encaminhado ao Conselho.
- C. ( ) O militar designado para fazer parte do CEDMU deverá estar, no mínimo, no conceito “B”, com pontuação superior a 24 pontos negativos.
- D. ( ) A Nota Meritória somente poderá ser concedida de forma individual, nos termos do Decreto supracitado.

**25ª QUESTÃO** – O Processo Administrativo de Exoneração (PAE) foi instituído na Polícia Militar após a edição do Código de Ética e Disciplina Militares para suprir demanda administrativa da Instituição, de natureza não disciplinar, sendo CORRETO afirmar, a seu respeito, o seguinte:

- A. ( ) A autoridade processante do PAE poderá ser Oficial ou Subten/Sgt desde que superior hierárquico ou mais antigo que o acusado.
- B. ( ) Surgindo indícios de prática de transgressão disciplinar por fato conexo com o objeto do PAE, a autoridade processante deverá, também, apurá-lo no mesmo processo.
- C. ( ) O somatório do prazo regulamentar, e de sua prorrogação, para elaboração do PAE perfazem um total global de 40 dias, contados do recebimento da Portaria pela autoridade processante.
- D. ( ) **O Comandante de Cia Independente é autoridade competente para instaurar PAE no âmbito da PMMG.**

**26ª QUESTÃO** – No que se refere ao Processo Administrativo Disciplinar (PAD), previsto no Código de Ética e Disciplina Militares (CEDM), é CORRETO afirmar que:

- A. ( ) As arguições de impedimento e de suspeição de membro da Comissão de Processo Administrativo Disciplinar – CPAD poderão ser procedidas até a 1ª reunião, sob pena de decadência.
- B. ( ) No PAD que ensejar suspensão da demissão do acusado, por um período de 01(um) ano, no qual houve manifestação da CPAD, do CEDMU e da Autoridade Convocante no mesmo sentido (todos concordando com a medida), a decisão caberá ao Corregedor da PMMG, caso o processo tenha sido instaurado pela referida autoridade.
- C. ( ) **As atas das reuniões da CPAD são consideradas, legalmente, peças fundamentais do Processo Administrativo-Disciplinar.**
- D. ( ) O Corregedor da PMMG poderá modificar, motivadamente, as decisões da autoridade convocante da CPAD, quando ilegais ou flagrantemente contrárias às provas dos autos.

**27ª QUESTÃO** – A Instrução de Corregedoria n.º 01/05-CPM trouxe informações e orientações complementares a diversos assuntos de natureza administrativa, especialmente disciplinar. Dentre outros, a respeito de Transgressão Disciplinar é CORRETO afirmar que:

- A. ( ) A transgressão especificada no inciso XV, do artigo 13 do CEDM - dormir em serviço – exige que seja praticada em situação de vigilância ou cuidado de algum tipo de bem militar, sob pena de não possibilitar o enquadramento disciplinar do transgressor.
- B. ( ) A transgressão do inciso XX, do artigo 13 - faltar ao serviço, deverá ser aplicada, também, à qualquer instrução programada, por ser esta ato de serviço de natureza militar.
- C. ( ) **Na transgressão disciplinar especificada no inciso IV, do artigo 13 do CEDM – exercer coação ou assediar pessoas com as quais mantenha relações funcionais – as relações funcionais não significam, necessariamente, trabalhar na mesma seção ou unidade, mas sim em razão da atividade profissional.**
- D. ( ) Deixar de observar prazo regulamentar, transgressão disciplinar especificada no inciso XV, do artigo 14 do CEDM, engloba, também, em seu entendimento, a conduta de “retardamento imotivado do cumprimento de uma ordem legal”.

**28ª QUESTÃO** – O militar da ativa da PMMG, praticando transgressão disciplinar especificada no Código de Ética e Disciplina Militares e após computar-se as circunstâncias atenuantes e agravantes, obtendo-se ao final 20 (vinte) pontos, ser-lhe-á aplicada a seguinte sanção disciplinar:

- A. ( ) **Prestação de serviço.**
- B. ( ) Suspensão.
- C. ( ) Advertência.
- D. ( ) Repreensão.

**29ª QUESTÃO** – A Carta Precatória é um instrumento que, eventualmente, é utilizado em apurações no âmbito da PMMG e, inclusive, a Instrução de Corregedoria n.º 01/05-CPM trouxe informações e orientações complementares a seu respeito, sendo CORRETO afirmar que:

- A. ( ) **À Carta Precatória deve-se fazer juntar cópia do inteiro teor da documentação que deu origem ao processo ou procedimento administrativo decorrente.**
- B. ( ) É vedado abrir vista à defesa, em carta precatória destinada a colher informações alusivas a aspecto disciplinar ou criminal.
- C. ( ) O ofendido não poderá ser ouvido por intermédio de Carta Precatória haja vista a peculiaridade de sua participação no processo.
- D. ( ) Enquanto não obtiver resposta da Carta Precatória que foi expedida, o processo deverá permanecer sobrestado para evitar prejuízos ao rito processual.

**30ª QUESTÃO** – O Relatório de Investigação Preliminar – RIP é um instrumento que teve seu rito estabelecido por intermédio da Instrução de Corregedoria nº02/09-CPM, sendo CORRETO afirmar a seu respeito o seguinte:

- A. ( ) Seu prazo regulamentar é de 20 dias podendo ser prorrogado por mais 10 dias corridos.
- B. ( ) **Militar reconvocato para o serviço ativo poderá ser Encarregado da elaboração de RIP na PMMG, desde que seja superior hierárquico ou mais antigo do que o investigado.**
- C. ( ) Poderá ser designado Oficial ou Praça para realizá-lo, sendo no mínimo 3º Sgt PM da ativa da PMMG.
- D. ( ) O prazo para abertura de vista decorrente do RIP é de 05 (cinco) dias úteis e este prazo não será computado para o Encarregado do procedimento.

**31ª QUESTÃO** – O Conselho de Ética e Disciplina Militares da Unidade – CEDMU destina-se a assessorar o Comandante, Diretor ou Chefe de Unidade nos assuntos especificados no CEDM e no Decreto 42.843/02, sendo CORRETO afirmar que são espécies de documentos que devem ser submetidos à apreciação do referido Conselho:

- A. ( ) Sindicância regular, reservada, mesmo quando houver parecer do Sindicante entendendo que a falta foi justificada, e inquérito policial militar.
- B. ( ) Menção elogiosa escrita, verbal e auto de prisão em flagrante.
- C. ( ) Sindicância social e relatório de investigação preliminar, nos casos em que restar demonstrada a prática de transgressão disciplinar pelo investigado.
- D. ( ) **Recurso disciplinar e transgressão residual, após processada regularmente, em que ensejar Termo de Abertura de Vista para Defesa Final ao transgressor.**

**32ª QUESTÃO** – O Código de Ética e Disciplina dos Militares de Minas Gerais - CEDM e o Decreto 42.843/02 estabelecem critérios para concessão de recompensas, sendo que esta última norma estabeleceu uma ordem decrescente de importância das recompensas instituídas na PMMG, sendo CORRETO afirmar que se encontra na sequência estabelecida as seguintes recompensas:

- A. ( ) Dispensa do Serviço, Nota Meritória e Cancelamento de Punições.
- B. ( ) **Dispensa do Serviço, Cancelamento de Punições e Menção Elogiosa Escrita.**
- C. ( ) Nota Meritória, Comendas Concedidas pela Instituição e Dispensa do Serviço.
- D. ( ) Dispensa do Serviço, Cancelamento de Punições e Nota Meritória.

**33ª QUESTÃO** – À luz da legislação estatutária da PMMG, serão considerados de efetivo serviço os dias em que o militar estiver afastado por motivo de:

- A. ( ) Desempenho de mandato legislativo municipal, férias escolares e licença gestação.
- B. ( ) Tempo de serviço público, qualquer licença de militar acidentado e dispensa luto.
- C. ( ) **Exercício de outro cargo público em comissões, férias anuais e férias-prêmio.**
- D. ( ) Dispensa gala, tempo de cumprimento de sanção disciplinar e dispensa paternidade.

**34ª QUESTÃO** – As movimentações de militares na Instituição ocorrem por diversos motivos, sendo correta a conceituação de movimentação de Oficial, à luz da legislação estatutária da PMMG:

- A. ( ) **Designação é a movimentação do oficial ou praça, dentro de um Corpo de Tropa, Estabelecimento ou Serviço, de uma para outra Repartição e de uma para outra Seção.**
- B. ( ) Nomeação é a movimentação para o Corpo de Tropa, Estabelecimento ou Serviço do oficial recém promovido.
- C. ( ) Classificação é a movimentação do oficial ou praça, de um para outro Corpo de Tropa, Estabelecimento ou Serviço.
- D. ( ) Transferência é a movimentação do oficial para comissão prevista nos quadros de efetivo ou nos regulamentos.

**35ª QUESTÃO** – NÃO será computado como tempo de serviço, para fim de promoção, o período abaixo especificado:

- A. ( ) Licença para tratar de interesse particular, com ou sem vencimentos.
- B. ( ) Exercício de cargo de direção ou assessoria em entidade associativa de natureza militar, salvo para promoção por antiguidade.
- C. ( ) Licença para tratamento da própria saúde, que não exceda 90 dias.
- D. ( ) **Exercício de cargo público civil temporário, salvo para promoção por antiguidade.**

**36ª QUESTÃO** – De acordo as Disposições Gerais e Transitórias estabelecidas no Estatuto dos Militares do Estado de Minas Gerais – EMEMG é CORRETO afirmar que:

- A. ( ) São vedadas as consignações a favor de entidades particulares em folhas de vencimentos de componentes da Polícia Militar, sem exceções.
- B. ( ) **É vedado o reexame de recurso que já tenha sido solucionado pela administração.**
- C. ( ) O desertor comete ato atentatório à honra pessoal e ao decoro da classe e poderá, conforme o caso concreto, ser submetido a Processo Administrativo Disciplinar ou Exoneratório, em razão da prática de transgressão residual ao delito em tela.
- D. ( ) O direito de recorrer do militar decai, na esfera administrativa, no prazo de 90 dias, contado da publicação do ato ou do conhecimento do fato.

**37ª QUESTÃO** – A atribuição de serviço cometida ao militar da Instituição (PMMG), de acordo com as suas normas estatutárias, é a definição de:

- A. ( ) Cargo.
- B. ( ) **Encargo.**
- C. ( ) Função.
- D. ( ) Grau hierárquico.

**38ª QUESTÃO** – O militar da PMMG, quando ocorrer falecimento de pessoa de sua família, terá direito a oito dias de licença luto, sendo, dentre outros, considerado seu parente para fins da referida dispensa:

- A. ( ) **Os sogros.**
- B. ( ) Os tios.
- C. ( ) Os avós.
- D. ( ) Os netos.

**39ª QUESTÃO** – Em conformidade com o entendimento doutrinário emanado pela Instrução de Corregedoria nº01/05-CPM é CORRETO afirmar que a absolvição criminal somente elidirá a punição (sanção administrativa) nos seguintes casos:

- A. ( ) Não haver prova da existência do fato e insuficiência de prova.
- B. ( ) Estar extinta a punibilidade em razão da prescrição e prova insuficiente.
- C. ( ) **Negativa de autoria e inexistência do fato.**
- D. ( ) Existir qualquer circunstância de exclusão de ilicitude e obediência à ordem legal emanada por superior hierárquico da mesma Instituição militar.

**40ª QUESTÃO** – A Disponibilidade Cautelar poderá ser decretada somente pelo Comandante-Geral da Instituição, mas poderá ser, legalmente, solicitada por diversas autoridades, entre elas, as seguintes:

- A. ( ) **O Corregedor da Instituição e o Encarregado de Inquérito Policial Militar.**
- B. ( ) O Presidente da Comissão de Processo Administrativo-Disciplinar e o Sindicante.
- C. ( ) O Chefe do Gabinete Militar do Governador e o Encarregado do Auto de Prisão em Flagrante.
- D. ( ) O Chefe do Estado-Maior da Instituição e o Encarregado do Procedimento Sumário.

### RASCUNHO – GABARITO

1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
---	---	---	---	---	---	---	---	---	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----

21	22	23	24	25	26	27	28	29	30	31	32	33	34	35	36	37	38	39	40

----- corte aqui-----